

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008319-15.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **ANTONIANE MARCELA DA SILVA**
Requerido: **TALENTOS BRILHANTES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré contrato por meio do qual ela se comprometeu a entregar um *DVD Book*, *CD Book*, *Videobook* e *making off* tendo sua filha como protagonista.

Alegou ainda que fez o pagamento de R\$ 1.950,00, mas como os produtos não foram entregues em trinta dias, tal qual ajustado, buscou sem sucesso a rescisão do contrato junto ao PROCON local.

Almeja a essa finalidade, com a devolução do valor pago à ré.

A autora deixou claro que o prazo para a ré entregar os produtos a que se comprometeu confeccionar era de trinta dias, o que não foi refutado específica e concretamente em momento algum.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já o argumento de que a ré não teria a obrigação de encaminhar o material à residência da autora, suscitado na contestação, não restou lastreado em elemento consistente.

Por outro lado, é certo que já no dia 03 de julho de 2017 a autora procurou o PROCON local manifestando o propósito de rescindir o contrato pelo atraso na entrega dos produtos a cargo da ré (fls. 05/06), ao passo que no dia 17 do mesmo mês ela formulou mensagem eletrônica com idêntico teor (fl. 36).

O envio do material à autora, a seu turno, sucedeu apenas em 24 de julho, como a ré consignou a fl. 08, segundo parágrafo.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Isso porque ficou claro que a ré descumpriu o que avençou com a autora ao não proceder à entrega do que lhe tocava em trinta dias.

Esse prazo foi superado em larga medida e apenas depois que a autora já deixara patente que não tinha interesse na sequência do contrato (o que era inclusive de conhecimento da ré) ela adimpliu na totalidade o que assumira.

Significa dizer que a declaração da rescisão postulada é de rigor.

Entendo, todavia, que a autora não faz jus à devolução integral do preço pago à ré.

Com efeito, pelo que se apurou as obrigações da ré não se circunscreviam à entrega do material reclamado, mas abarcavam também a sua exposição no *site* da ré, o que ao que consta aconteceu.

Bem por isso, e tomando igualmente em consideração que houve a prestação dos serviços por parte da ré, a devolução do valor despendido corresponderá a 80% do mesmo, permanecendo os 20% restantes como remuneração do que foi implementado pela mesma.

A condenação da ré, portanto, equivalerá a R\$ 1.560,00

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.560,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2017 (época em que a autora manifestou o propósito em rescindir o contrato), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação pela ré, poderá ela diligenciar em trinta dias a retirada do material que se encontra em poder da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Decorrido esse prazo *in albis*, poderá a autora dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**